

A engenharia social das Big Techs



Por **FÁBIO C. ZUCCOLOTTO***

Ultraliberalismo, extremismo e as origens do totalitarismo.

No texto “O sujeito entrópico: um ensaio sobre redes sociais, estrutura, reconhecimento e consumismo”, [publicado em 2022](#), escrevi: “A sociedade globalizada tem nas novas tecnologias a sua infraestrutura racionalizável. Um alicerce cartesiano, técnico, científico e amoral, onde cada avanço é calculado, dando continuidade às disputas geoestratégicas e históricas entre nações, grupos organizados, etnias e corporações, pela primazia política no acesso aos recursos naturais, cada vez mais escassos. É em sua camada mais externa, portanto, visível e perceptível, campo sociocultural da moral e da ética - onde, até poucos anos atrás efetivavam-se as relações sociais numa forma aparentemente mais sólida e estruturada -, que ocorre o terremoto do sujeito das redes sociais virtuais. Fundamentalmente, diante do olhar atônito daqueles nascidos no mundo pré-globalismo”.

“Devido ao enorme avanço tecnológico em um curto espaço de tempo, em sua lógica micro e exponencial, houve uma alienação quase total das massas quanto às potencialidades e às realizações efetivas disto que chamamos de infraestrutura racionalizável nas novas dinâmicas globais. Alienação, esta, que atinge também setores mais aparentes dos Estados e da política institucional, enquanto possíveis agentes reguladores de ações socialmente temerárias”.

Desdobrando o sentido da alienação a qual me referi, diante dos últimos acontecimentos, julgo pertinente o artigo que se segue.

A engenharia social, uma técnica de manipulação psicológica para influenciar comportamentos e decisões de indivíduos e sociedades inteiras, tem sido amplamente utilizada no cenário global contemporâneo. Desde operações de inteligência de serviços secretos até campanhas de desinformação de poderosos grupos político-econômicos em larga escala, essa abordagem explora vulnerabilidades humanas e institucionais para alcançar objetivos estratégicos. Essa prática tem sido utilizada pelas Big Techs, especialmente alinhadas aos interesses da elite dos Estados Unidos, como ferramenta de preservação do poder em meio ao declínio da hegemonia geopolítica do país.

Do neoliberalismo ao ultraliberalismo

A transição do neoliberalismo para o ultraliberalismo representa uma radicalização das premissas econômicas e políticas que surgiram a partir da segunda metade do século XX. Embora ambos os conceitos estejam ancorados em uma defesa do livre mercado, da desregulamentação estatal e da primazia do capital privado, o ultraliberalismo aprofunda essas ideias, resultando em uma forma ainda mais extrema de concentração de poder econômico e de desmantelamento das instituições democráticas e sociais.

O neoliberalismo emergiu como uma reação às políticas intervencionistas do pós-guerra, baseando-se em teorias de economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman. Ele defendia a limitação da intervenção estatal na economia, a

a terra é redonda

privatização de serviços públicos e a flexibilização das relações de trabalho. Essas ideias ganharam força durante os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, estabelecendo a crença de que o mercado, quando livre de regulações, seria capaz de autorregular-se e gerar prosperidade.

Contudo, o que se observou ao longo das décadas foi o aumento da desigualdade, a concentração de riquezas nas mãos de poucos e o enfraquecimento progressivo das redes de proteção social. As crises financeiras, como a de 2008, evidenciaram as falhas desse modelo ao demonstrar como a desregulamentação excessiva do sistema financeiro levou ao colapso global, afetando principalmente as populações mais vulneráveis, enquanto as elites econômicas continuaram a lucrar e a concentrar renda e poder.

O ultraliberalismo surge como uma resposta ainda mais radical a esse contexto, não apenas aprofundando os princípios do neoliberalismo, mas eliminando qualquer compromisso, ainda que ínfimo, com o bem-estar social e o equilíbrio democrático. No ultraliberalismo, o mercado não é apenas priorizado, mas passa a ser visto como o único regulador legítimo das relações humanas, superando até mesmo o papel de Estados e instituições democráticas. Esse modelo defende a financeirização extrema da economia, a especulação como motor central de acumulação de riqueza e a redução drástica de políticas públicas voltadas para o bem comum.

Diferentemente do neoliberalismo, que ainda operava sob a narrativa de “prosperidade compartilhada”, o ultraliberalismo abraça abertamente a desigualdade como um aspecto não somente inevitável, mas desejável, de uma sociedade onde o suposto mérito individual de bilionários e o acúmulo irrestrito de capital são exaltados, como se não se beneficiassem, historicamente, de desonerações, investimentos diretos de governos e dos avanços científicos oriundos de universidades públicas mundo afora.

Esse modelo ultraliberal se manifesta de forma clara em empresas de tecnologia e finanças que operam sob lógicas monopolistas, como as Big Techs, que utilizam algoritmos para manipular mercados e comportamentos sociais, reforçando assim sua concentração de poder e controle informacional.

No plano político, o ultraliberalismo frequentemente se associa ao autoritarismo e ao neofascismo, pois, ao minar os fundamentos do Estado moderno como mediador de interesses sociais plurais, ele fomenta e organiza a extrema-direita, enquanto seu duplo que atua como escudo e capataz. Essa fusão ideológica pode ser observada em figuras como Jair Bolsonaro, Donald Trump e Giorgia Meloni, que, embora adotem discursos nacionalistas e de “defesa do povo”, implementam agendas econômicas de desmonte de direitos trabalhistas e de enfraquecimento das instituições democráticas.

Assim, a transição do neoliberalismo para o ultraliberalismo não é apenas uma evolução teórica, mas a intensificação de um projeto global de poder que busca consolidar a supremacia de uma elite financeira especulativa, enquanto desmantela progressivamente as conquistas sociais e os mecanismos de participação popular no processo político, conquistadas duramente ao longo do século XX.

Big Techs, controle informacional e ultraliberalismo

As Big Techs controlam os principais fluxos informacionais e, assim, exercem um poder inédito na manipulação de massas. Essa influência tem sido instrumentalizada para promover a ideologia ultraliberal que enfraquece regulações governamentais e deslegitima mecanismos democráticos de controle. [A nomeação de figuras como Dana White, presidente do UFC, ao conselho da Meta](#), reflete essa lógica, pois White é associado a uma retórica extremista e associado aos valores de desregulamentação extrema.

Além disso, [a Meta aboliu a checagem de fatos em sua plataforma nos EUA](#), substituindo-a por um sistema de “notas da comunidade”, inspirado no X de Elon Musk. Essa abordagem, apresentada como uma defesa da liberdade de expressão, enfraquece a verificação de informações e permite a proliferação de conteúdos desinformativos e extremistas.

a terra é redonda

O Google também demonstrou esse comportamento [ao manipular, em dezembro de 2024, a cotação do dólar em sua plataforma](#), informando valores inflacionados durante o feriado, quando o mercado estava fechado. Outra evidência foi o caso de setembro de 2024, quando o Google ocultou informações de determinados candidatos políticos no Brasil, [favorecendo candidatos de direita e extrema direita enquanto ocultava perfis de centro-esquerda](#), sugerindo interferência algorítmica tendenciosa.

A [pressão exercida pelo Google e pela Meta sobre o Congresso brasileiro para derrubar o Projeto de Lei 2630, conhecido como PL das Fake News](#), em 2023, exemplifica o modus operandi dessas empresas ao combater regulação. Durante 14 dias, as empresas promoveram campanhas massivas, incluindo ameaças de remoção de conteúdo e ataques direcionados a parlamentares para evitar a aprovação de uma legislação que buscava maior responsabilidade das plataformas digitais.

Extremismo e manipulação política

A ascensão da extrema direita global, evidenciada por eventos como a eleição de Donald Trump e o avanço de líderes ultraconservadores na Europa e América Latina, está diretamente ligada à manipulação informacional promovida por essas plataformas. A crise financeira de 2007-2008 desempenhou um papel central nesse processo, pois intensificou políticas de austeridade e precarização social, fatores explorados por movimentos de extrema-direita que canalizaram o descontentamento popular para pautas identitárias e anti-imigratórias, em vez de questionar o neoliberalismo estrutural.

Essa estratégia discursiva não rejeita o neoliberalismo, mas explora ressentimentos em torno da globalização, do multiculturalismo e das imigrações de massas de sobreviventes - desalojados pelas guerras promovidas pelo capital - direcionando a frustração a minorias e enfraquecendo o debate democrático. Episódios como a invasão do Capitólio nos EUA e a destruição da Praça dos Três Poderes no Brasil refletem a ascensão do neofascismo nessa dinâmica global, como um leão de chácara violento, massificado e instrumentalizado para defender os projetos ultraliberais das elites financeiras locais.

No contexto latino-americano, além da retórica contrária ao multiculturalismo na globalização, há o uso de um discurso anticomunista delirante, no qual aqueles que defendem as instituições da democracia liberal, o socialismo democrático, o humanismo, as artes e a regulação do ultraliberalismo, inclusive das Big Techs, são frequentemente rotulados como inimigos da ordem social e da nação.

Essa retórica não apenas deslegitima vozes críticas, a educação e a ciência, mas também fomenta um ambiente de violência extrema contra o pensamento crítico, em que qualquer oposição ao domínio corporativo e ao desmonte de direitos sociais é tratada como uma ameaça ao sistema que defendem, ainda que se julguem antissistema.

Esse é um enquadramento decisivo na anotação de que não há mais um neoliberalismo, mas um avanço à forma do ultraliberalismo, que se vale de mentiras e distorções massificadas, para doutrinar setores das massas e arregimentarem as suas frustrações oriundas do neoliberalismo, que se tornou insustentável, após sua última crise mundial. Ao desviar o foco das consequências da desregulação econômica e da concentração de poder nas mãos de poucas empresas, esse discurso extremista protege interesses financeiros e políticos hegemônicos, enquanto ataca e enfraquece as bases do debate democrático e a busca por uma sociedade mais justa e equilibrada, inclusive com armas nas mãos e organizando o terrorismo doméstico.

O ultraliberalismo e a defesa da elite especulativa global

O ultraliberalismo promovido pelas Big Techs serve aos interesses de uma elite financeira global numericamente ínfima, mas com imenso poder sobre a economia e a política mundial. Essa elite utiliza o controle informacional e a manipulação algorítmica para manter e expandir sua influência, alimentando um ciclo de desigualdade econômica e injustiça social que, por sua vez, fomenta o extremismo e a polarização ideológica. Essa dinâmica reflete os valores e a visão de mundo do establishment WASP (White Anglo-Saxon Protestant), historicamente ligado ao domínio financeiro e cultural no Ocidente.

a terra é redonda

O establishment WASP tem suas raízes profundas nas origens coloniais e racistas dos Estados Unidos e da Europa. No contexto norte-americano, por exemplo, a Ku Klux Klan (KKK) desempenhou um papel fundamental na preservação de uma hierarquia racial profundamente enraizada, defendendo uma sociedade segregada e branca, enquanto no Velho Continente, as potências coloniais europeias, como o Império Britânico e a França, impuseram um sistema de exploração baseado na subordinação racial e cultural das populações nativas. Esse legado colonial e racista, por sua vez, consolidou a supremacia econômica do Ocidente após a Segunda Guerra Mundial, com os Estados Unidos e o Reino Unido emergindo como os centros financeiros do mundo.

A ascensão de movimentos neonazistas e neofascistas, como a Alternativa para a Alemanha (AfD), a Frente Nacional (hoje Rassemblement National) na França, a *Legha* de Matteo Salvini na Itália e o *Fratelli d'Italia-Alleanza Nazionale*, liderado por Giorgia Meloni, ilustra a persistência de tais ideologias no cenário atual. Recentemente, [em um artigo publicado no Welt am Sonntag, Elon Musk expressou apoio à AfD, partido de extrema direita alemão que, desde 2021, é classificado pela agência de inteligência doméstica alemã como extremista](#). Elon Musk, bilionário e dono de empresas como a Tesla e SpaceX, com cidadania americana, afirmou em um post no X (antigo Twitter) que “apenas a AfD pode salvar a Alemanha”.

Esse posicionamento provocou a demissão de Eva Marie Kogel, editora de Opinião do jornal, que se afastou em protesto, ressaltando a importância da liberdade de expressão, mas também da responsabilidade jornalística.

O apoio de Elon Musk à AfD se insere em um contexto mais amplo de apoio de figuras ultrarricas a movimentos populistas de direita, que não apenas defendem o desmantelamento das estruturas democráticas, mas também perpetuam um sistema de exploração global que favorece as grandes corporações, como demonstrado por Elon Musk na sua postura em relação ao golpe de Estado na Bolívia em 2019. Ao comentar sobre o interesse de derrubar o governo de Evo Morales para garantir o controle sobre o lítio boliviano, [Musk proferiu a frase “Vamos dar golpe em quem quisermos!”](#), em resposta a uma provocação sobre o impacto de sua influência econômica na região.

Elon Musk, ao apoiar uma agenda que almeja a exploração indiscriminada de recursos naturais em países latino-americanos, segue uma lógica de poder baseada no neocolonialismo, onde os interesses das elites financeiras globais se sobrepõem à soberania de nações e aos direitos das populações locais.

Em paralelo, o movimento neonazista na Alemanha, personificado pela AfD, segue em uma trajetória de negação da diversidade cultural e racial, mirando não apenas na desconstrução do Estado de bem-estar social, mas também na criação de um ambiente ideológico favorável à supremacia branca e ao ultranacionalismo. Esses movimentos têm ganhado força, particularmente com o respaldo de figuras como Elon Musk, que, ao defender posturas antidemocráticas, alimenta uma narrativa global que visa consolidar ainda mais a elite especulativa global à custa dos povos marginalizados.

Ainda, a ideologia ultraliberal, impulsionada por figuras como Balaji Srinivasan, promove uma agenda ainda mais extrema: [a substituição dos Estados modernos por feudos corporativos privados](#). Balaji Srinivasan defende a criação de microestados digitais e físicos, onde empresas e elites financeiras deteriam controle absoluto, abolindo a soberania estatal e os direitos garantidos pelas democracias constitucionais.

Esse conceito de “Estados em Rede”, promovido no Vale do Silício, não apenas despreza os princípios fundamentais dos Estados modernos, como os propostos por Rousseau em *O contrato social*, mas também retrocede ao modelo feudal de governança, no qual o poder era centralizado em poucas mãos e os direitos dos cidadãos eram praticamente inexistentes.

Essa filosofia, além de utópica e perigosa, já começa a se materializar em práticas como o projeto Próspera em Honduras, uma cidade privada que busca impor leis próprias em detrimento das legislações nacionais, gerando um ambiente de exploração e autoritarismo empresarial.

Essa aliança entre interesses financeiros e movimentos de extrema direita é uma expressão do que pode ser entendido como uma globalização das elites, onde, ao contrário da globalização econômica que prometia falsamente prosperidade

a terra é redonda

para todos, o que se consolida é um sistema ainda mais excludente, desigual e violento. Em um mundo onde o poder econômico está nas mãos de poucos, a manipulação de informações e a organização do extremismo se tornam instrumentos fundamentais para o controle social e político, criando condições para um ciclo interminável de concentração de riqueza e poder.

As origens do totalitarismo e as práticas das Big Techs

O projeto das Big Techs reflete as dinâmicas descritas por Hannah Arendt em *As origens do totalitarismo*. Arendt destacou como regimes totalitários promovem a distorção sistemática da verdade, criando realidades paralelas em que os fatos são manipulados para favorecer estruturas de poder. Essa manipulação, segundo ela, não é apenas uma forma de controle, mas parte essencial da desintegração da realidade objetiva, um processo fundamental para a manutenção de sistemas autoritários.

A recente alegação de [Mark Zuckerberg sobre “cortes secretos” e censura na América Latina, bem como sua declaração sobre uma suposta “institucionalização da censura” na Europa](#), refletem uma estratégia retórica para escapar da regulação. No entanto, o histórico das Big Techs, incluindo a manipulação de informações, a interferência política e as campanhas contra regulações como o PL 2630 no Brasil, evidencia que essas alegações são tentativas de autopreservação em um setor cada vez mais fora de controle.

A engenharia social contemporânea conduzida por essas empresas não apenas distorce fatos, mas incentiva a fragmentação da realidade coletiva. As técnicas descritas por Arendt, como o isolamento informacional e a desintegração da percepção da verdade, são visíveis na forma como as Big Techs operam. A manipulação algorítmica, ao priorizar conteúdo polarizador e desinformativo, atomiza o debate público e desmobiliza o pensamento crítico.

Hannah Arendt analisou como o totalitarismo desarticula o espaço público ao substituir o debate racional por uma enxurrada de narrativas fabricadas e contraditórias, um fenômeno que encontra eco no funcionamento das plataformas digitais. As Big Techs, por meio de algoritmos opacos, não apenas amplificam informações falsas, mas também criam bolhas informativas que isolam os usuários em realidades alternativas, minando os fatos inexoráveis e o conceito de verdade compartilhada.

A desinformação massiva promovida por essas plataformas reflete a noção arendtiana de que o totalitarismo depende da destruição do juízo crítico. A exposição contínua a versões contraditórias da realidade, segundo Hannah Arendt, não visa convencer, mas desorientar e enfraquecer a capacidade de julgamento autônomo dos indivíduos. De forma semelhante, o modelo de negócios das Big Techs, baseado no engajamento por polarização, incentiva a confusão informacional e a passividade diante de narrativas distorcidas.

Outro aspecto central na análise de Hannah Arendt sobre o totalitarismo é o papel da burocracia despersonalizada e das estruturas de poder difusas, que tornam a responsabilização quase impossível. As Big Techs replicam essa lógica ao fragmentar sua atuação por meio de complexas redes de subsidiárias e seus respectivos e infundáveis algoritmos cujo funcionamento e impacto são mantidos deliberadamente obscuros. Assim como nos regimes totalitários descritos por Arendt, a concentração de poder se dá ao mesmo tempo em que a responsabilidade individual é diluída.

Portanto, a crítica de Hannah Arendt ao totalitarismo ilumina a forma como as Big Techs operam atualmente: ao manipular informações, distorcer a percepção coletiva da realidade e fragmentar o espaço público, essas empresas não apenas ameaçam a democracia, mas também se aproximam perigosamente das práticas de dominação descritas em sua obra. Suas táticas não são meramente falhas de um mercado desregulado, mas sim estratégias estruturais que concentram poder ao custo da autonomia e do discernimento crítico da sociedade.

O futuro

a terra é redonda

O avanço das Big Techs em manipular o fluxo global de informações sob uma lógica ultraliberal e antidemocrática demanda uma resposta urgente e coordenada. Inspirando-se nas reflexões de Hannah Arendt, é possível identificar as dinâmicas totalitárias que emergem quando o controle sobre a informação é concentrado em poucas corporações.

É imperativo que governos, sociedade civil e instituições multilaterais atuem juntos para estabelecer regulações que limitem o poder dessas plataformas. A imposição de responsabilidade e transparência, especialmente no uso de algoritmos e Inteligência artificial, é essencial para preservar a soberania informacional e garantir um ambiente digital mais ético, plural e verdadeiramente democrático. Somente com essas medidas será possível enfrentar os desafios de uma ordem multipolar e resistir à manipulação ideológica promovida pelas Big Techs em escala global.

**Fábio C. Zuccolotto, psicanalista teórico e clínico, é graduado em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)